

INTERNALIZAÇÃO DO ZEEC SISTEMATIZAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS LITORAL SUL



PUBLICAÇÕES



GOVERNO DE PERNAMBUCO

Governador: Jarbas de Andrade Vasconcelos

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Secretário: Cláudio Marinho

Secretária Adjunta: Alexandrina Sobreira de Moura

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Diretor Presidente: Tito Lívio de Barros e Souza

Diretor de Recursos Hídricos e Florestais: Aldir Pitt Pimentel

Diretora de Descentralização e Programas Especiais: Berenice de Andrade Lima

Diretor de Controle Ambiental: Geraldo Miranda Cavalcante

SUPERVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL - SGT

Coordenadora PNMA II: Eliane Regueira Basto (*Analista Ambiental*)

GERENCIAMENTO COSTEIRO –GERCO / SGT

Coordenadora: Andrea Olinto (*Analista Ambiental*)

Djanira Oiticica Gondim (*Arquiteta*) - GERCO

Jeane Correia de Espindula (*Bióloga*) - GERCO

Maria Vileide de Barros Lins (*Bióloga*) - GERCO

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

Djair de Barros Falcão

Sammy Nafez Abu-Adhia

PATROCÍNIO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - PNMA II

Recife, Março de 2003

ÍNDICE

<u>LISTA DE ACRÔNIMOS</u>	3
<u>1. APRESENTAÇÃO</u>	4
<u>2. METODOLOGIA</u>	4
<u>3. ÁREA E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO</u>	5
<u>4. AGENTES ENVOLVIDOS</u>	6
<u>5. PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS</u>	13
<u>AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO</u>	14
<u>ÁGUAS DE PERNAMBUCO</u>	15
<u>DESCENTRALIZAÇÃO DO CONTROLE E GESTÃO AMBIENTAL – MUNICIPALIZAÇÃO DO CONTROLE AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO LOCAL</u>	16
<u>CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO</u>	17
<u>COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - COBHs</u>	18
<u>GESTÃO INTEGRADA DOS AMBIENTES COSTEIROS E MARINHOS DE PERNAMBUCO</u>	20
<u>HABITAR – BRASIL/BID</u>	22
<u>INVENTÁRIO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS</u>	23
<u>METRÓPOLE ESTRATÉGICA</u>	24
<u>MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE PERNAMBUCO</u>	26
<u>MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO</u>	28
<u>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL - PEM</u>	29
<u>PLANO DIRETOR DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE SUAPE - PDC</u>	31
<u>PLANO DO LITORAL</u>	32
<u>PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO</u>	33
<u>PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO - PROMATA</u>	35
<u>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR I</u>	37
<u>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR II</u>	40
<u>PROGRAMA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DE PERNAMBUCO - GERCO</u>	42
<u>PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA – PRO-INFRA</u>	45
<u>PROGRAMA DE MELHORAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO DE PERNAMBUCO</u>	46
<u>PROGRAMA NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA – PRO-INTUR</u>	47
<u>PROGRAMA VIVA O MORRO</u>	49
<u>PROJETO ALVORADA</u>	51
<u>PROJETO ÁREAS ESTUARINAS DE PERNAMBUCO - PROPOSTA DE DIAGNÓSTICO E ZEE - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO</u>	53
<u>PROJETO MAPEAMENTO E CADASTRO DE ÁREAS DE MINERAÇÃO DE AREIA E ARGILA</u>	54
<u>PROJETO METROPOLITANO</u>	56
<u>PROJETO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS DA RMR</u>	57
<u>SISTEMA DE GESTÃO DO TRATAMENTO E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA RMR</u>	58
<u>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	59
<u>7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</u>	60

Lista de Acrônimos

ADDIPER	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
BNB	Banco do Nordeste
COBHs	Comitês de Bacias Hidrográficas
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
CONDERM	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CPRH	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente
CPRM	Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
CSA	Cabo de Santo Agostinho
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMHAPE	Empresa de Melhoramento Habitacional de Pernambuco
EMPETUR	Empresa Pernambucana de Turismo
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GERCO	Gerenciamento Costeiro
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã (Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit),
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
KfW	Instituto de Crédito para a Reconstrução (Kreditanstalt für Wiederaufbau)
OGU	Orçamento Geral da União
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável
PEGC	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PEM	Plano Estratégico Municipal
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRO-INFRA	Programa de Infra-estrutura Urbana
PRO-INTUR	Programa Nacional de Infra-estrutura Turística
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
RMR	Região Metropolitana do Recife
SDETE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEDUPE	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEI	Sistema Estrutural Integrado
SEINFRA	Secretaria de Infra-estrutura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SJCG	São José da Coroa Grande
UEE	Unidade Executora Estadual
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico
ZEEC	Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

1. Apresentação

A Zona Costeira de Pernambuco estende-se por 187 km de Norte a Sul do Estado e apresenta uma variedade de ecossistemas que “incluem segmentos de planícies recobertas por coqueirais, remanescentes da Mata Atlântica, estuários com extensos manguezais, recifes de arenitos e de corais, coroas, ilhas e restingas.” (Diagnóstico Sócio-ambiental e ZEEC do Litoral Sul de Pernambuco. CPRH, 1999.)

A última década foi um período no qual o Governo Federal iniciou um processo de descentralização, com o objetivo de dividir/compartilhar atribuições com as instâncias estaduais e municipais na perspectiva de uma maior eficiência nas ações realizadas e mais eficácia do gerenciamento local. A Lei Nº 7.661 de 1998, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC e que determina que os Estados instituem seus próprios planos e subsidiem os planos municipais de gerenciamento costeiro, foi um passo nesse processo de descentralização do ordenamento do uso e ocupação da orla. Foi nessa perspectiva que o Decreto Nº 21.972 de 29 de dezembro de 1999, que aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do litoral sul do Estado de Pernambuco, foi sancionado.

De acordo com o Art. 2º do mesmo Decreto, *“o objetivo do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC do litoral sul se constitui na promoção do desenvolvimento sustentável dessa parcela do território pernambucano que envolve os Municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande, baseado na implementação de programas de desenvolvimento econômico-social, centrado nas atividades que protejam e conservem os ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida da população em sintonia com a proteção dos ecossistemas.”*

Com vistas a atender as perspectivas do ZEEC, a SECTMA/CPRH/GERCO contratou consultoria para atualização e sistematização dos planos e programas nos setores de Desenvolvimento Urbano, Turismo, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Portuário existentes no litoral sul a fim de cumprir com as atividades de internalização das diretrizes de tal Zoneamento.

2. Metodologia

Inicialmente a equipe buscou identificar os agentes envolvidos na elaboração dos diversos planos e programas que contemplassem as áreas de Desenvolvimento Urbano, Turismo, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Portuário. O resultado dessa identificação está sucintamente apresentado na Seção 4. Posteriormente à identificação dos agentes, procedeu-se uma pesquisa nos respectivos sítios eletrônicos que serviu como coleta inicial do que existe em termos de planos, programas e projetos. De posse dessas informações iniciais buscou-se, através de entrevistas e visitas aos centros de documentação, material complementar. O passo seguinte foi marcado por entrevistas com os agentes identificados com o objetivo de esclarecer dúvidas e buscar novas informações.

A subsequente análise e sistematização dos conteúdos, dos dados e das informações coletadas foram realizadas de modo a permitir uma visão dos planos, programas e projetos existentes e facilitar as correlações com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC e o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC.

3. Área e Implicações do Estudo

Os dados relativos à área de estudo - Litoral Sul - baseiam-se no Diagnóstico Sócio-ambiental e ZEEC do litoral Sul de Pernambuco (CPRH, 1999). Os relatos e descrições seguintes foram sumariados de tal documento e é sugerido ao leitor que consulte essa fonte bibliográfica para maiores informações.

O litoral sul do Estado de Pernambuco é composto de sete municípios que incluem o Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande. Os dois primeiros inseridos na Região Metropolitana do Recife e o último já na divisa com o município de Maragogi no estado de Alagoas. A sua área total equivale a 2.097 Km² ou 2,13% do território estadual.

De acordo com o censo do IBGE de 2000, a população total do litoral sul totalizou 336.459 habitantes ou cerca de 4% da população de Pernambuco. O IBGE também estima que em 2002 a população residente desses municípios será de 345.847, ou seja, o contingente populacional nesta região tende a um incremento significativo, se considerarmos os dados da última década. Verifica-se que a projeção da taxa média geométrica de crescimento anual da população está acima das taxas de crescimento observadas na região nordeste e no estado de Pernambuco (Tabela 1).

Região	Taxa (%)
Brasil	1,64
Nordeste	1,31
Pernambuco	1,19
Litoral Sul de Pernambuco *	1,40

* com base na estimativa no período de 2000/2002

De acordo com o censo do IBGE de 2000, a população total do litoral sul totalizou 336.459 habitantes ou cerca de 4% da população de Pernambuco. O IBGE também estima que em 2002 a população residente desses municípios será de 345.847, ou seja, o contingente populacional nesta região tende a um incremento significativo, se considerarmos os dados da última década. Verifica-se que a projeção da taxa média geométrica de crescimento anual da população está acima das taxas de crescimento observadas na região nordeste e no estado de Pernambuco (Tabela 1).

A paisagem topográfica característica do litoral sul é de morros e colinas, cujas altitudes variam de 30 a 400 metros e de 12 a 50 metros., respectivamente.

“A hidrografia da área está constituída por duas categorias de rios: rios litorâneos e rios translitorâneos. Os primeiros nascem e deságuam na zona litorânea, sendo, em geral, perenes. Os segundos nascem no Agreste Pernambucano onde apresentam regime temporário, tornando-se perenes ao penetrarem na Zona da Mata”. (Diagnóstico Sócio-ambiental e ZEEC do Litoral Sul de Pernambuco. CPRH, 1999)

O clima da área pode ser descrito como *tropical úmido* com fortes chuvas nos meses de maio, junho e julho e os mais secos em outubro, novembro e dezembro. As variações de temperatura vão de 18°C a 32°C com uma média anual de 24°C.

A vegetação é caracterizada por alguns remanescentes de floresta tropical atlântica, outrora dominante na região. Também se destacam os ecossistemas associados de restingas e manguezais.

O Diagnóstico Sócio-ambiental e ZEEC do Litoral Sul de Pernambuco (CPRH, 1999) trata a questão histórica e política da área sucintamente com relatos do período canavieiro e

suas implicações socioeconômicas e ambientais, destacando-se aqui o desenvolvimento dos núcleos urbanos e a urbanização da orla marítima.

Em síntese, uma boa parcela do contingente populacional da área e as economias locais sempre dependeram significativamente da indústria sucro-alcooleira que, composta de engenhos e usinas, movimentavam a economia. Com a falência dessa indústria, tal economia foi abalada, o que acabara por afetar quem mais precisava dela, a população de baixa renda. As conseqüências disso tudo ficaram caracterizadas pelo êxodo rural para os centros urbanos, o desenvolvimento desproporcional da infra-estrutura de serviços básicos para atender esse contingente e a ocupação, às vezes esporádica, às vezes permanente, das faixas de orla na busca de meios de sobrevivência. Mais recentemente o desenvolvimento do turismo na região vem provocando mudanças na economia e no meio ambiente local, tendo tal atividade sido alvo de várias ações governamentais e não governamentais.

Foi nesse contexto que as várias instâncias governamentais elaboraram planos, programas e projetos que combatessem e saneassem as conseqüências do declínio de uma atividade e buscassem fomentar outras. Destaca-se que tais planos, programas e projetos, muitas vezes ocorrem paralelamente e independentemente um do outro, de forma que os esforços empreendidos, que de outra maneira poderiam trabalhar em sinergia, acabam dissipando os recursos e as ações, tornando-se assim menos eficiente do que poderiam ser.

4. Agentes Envolvidos

Nessa fase foram identificados agentes governamentais responsáveis pela elaboração, coordenação e execução dos planos, programas e projetos identificados. As Tabelas abaixo listam e descrevem esses agentes.

Tabela 2 Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - ADDIPER

Atribuições:	Promover e fomentar o desenvolvimento econômico do Estado, apresentando à iniciativa privada as suas potencialidades, oferecendo e negociando condições favoráveis para atração de investimentos nos setores industrial, comercial e de serviços, de forma a criar condições para o desenvolvimento da iniciativa privada no Estado de Pernambuco, agindo como agência de negócios, planejando e administrando distritos industriais
	Obs. Agência vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes - SDETE
Contatos:	Kleber Dantas - Presidente
Endereço:	Av. Rosa e Silva, 347 - Espinheiro CEP 52020-220 - Recife – PE Fones: (81) 3231-0477/ 3231-0739 Fax: (81) 3231-5898 E-Mail: www.addiper.pe.gov.br

**Tabela 3 Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH
(Companhia Pernambucana de Meio Ambiente)**

Atribuições:	As atribuições da CPRH são o controle da poluição urbano-industrial-rural, a gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento florestal.	
	Outros serviços prestados pela Companhia são o licenciamento de atividades diversas, a orientação e disponibilização de legislação pertinente, monitoramento, fiscalização e educação ambiental.	
Contatos:	Tito Lívio de Barros e Souza - Presidente	
Endereço:	Rua Santana, 367 Casa Forte – Recife – PE CEP 52060-460 Tel. (0xx81) 3267.1800 E-Mail: cprhacs@fisepe.pe.gov.br URL: www.cprh.pe.gov.br	

Tabela 4 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM

Atribuições:	Dentre as competências do CONDEPE/FIDEM, destacam-se:	
	<ul style="list-style-type: none"> - Assistir ao governo do Estado nos assuntos relacionados à política de desenvolvimento municipal e metropolitano; - Prestar apoio técnico e administrativo ao Conderm e aos conselhos regionais na formulação de políticas de desenvolvimento; - Desenvolver estudos, pesquisas, planos e projetos de interesse para o desenvolvimento municipal e metropolitano. - Compatibilizar as propostas anuais de investimentos do estado e dos municípios, contribuindo para viabilizar técnico, financeiro e institucionalmente os investimentos necessários à consecução do desenvolvimento municipal e regional; - Prestar apoio técnico e organizacional aos poderes municipais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento municipal e regional; - Promover os serviços técnicos especializados relativos à unificação das bases cadastrais e cartográficas; - Aplicar e monitorar o cumprimento da legislação federal e estadual relativa ao parcelamento, uso e ocupação do solo no que couber; - Prestar apoio técnico às prefeituras e câmaras municipais (capacitações); - Articular governos municipais com o intuito de integrá-los ao planejamento estadual; - Incentivar a associação de municípios, apoiando a formação e funcionamento de entidades intermunicipais. 	
Contatos:	Sheylla Pincovsky – Presidente	
Endereço:	Rua das Ninfas, 65 Boa Vista – Recife – PE Cep 50.050-010 URL: www.fidem.pe.gov.br	Fone Central - (0xx81) 3303.5200 Fax - (0xx81) 3222.0793 E-Mail - fidem@fisepe.pe.gov.br

Tabela 5 Caixa Econômica Federal - CEF

Atribuições:	Além de oferecer os mesmos serviços bancários que os bancos da rede privada oferecem a pessoas físicas e jurídicas, a Caixa, como agente executora da política governamental Federal, está autorizada a administrar programas federais de interesse dos municípios, p. ex. saneamento básico (PRÓ-SANEAMENTO, PASS/BID, PAT-PROSANEAR/BIRD, etc.), infra-estrutura urbana, rural, turística (PRÓ-MORADIA, PRÓ-INFRA, PRONAF, PROGRAMA NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA, etc.), habitação (HABITAR BRASIL/BID, etc.), bem como dispõe também de serviços exclusivos para a administração pública, p. ex. sistema de arrecadação de tributos e cobrança da dívida ativa.	
Contatos:	Maria Fernanda Ramos Coelho – Gerente de Desenvolvimento Urbano	
Endereço:	Matriz	Gerência de Desenvolvimento Urbano
	SBS Quadra 04 lotes 3/4 –	Av. Conde da Boa Vista, 720 – 2º Andar
	Brasília/DF	Boa Vista – Recife – PE
	CEP 70092-900	CEP 50060-004
	Tel. (0xx61) 414.9000	Tel. (0xx81) 3416.0483
		gidurre@caixa.gov.br
		URL: www.caixa.com.br

Tabela 6 Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Atribuições:	Dentro as principais atividades compete à COMPESA :	
	<ul style="list-style-type: none"> - prestar serviços de água e esgotos à população dos municípios que lhe outorguem a concessão por lei municipal, para exploração dos referidos serviços; - atender as solicitações e reclamações dos seus clientes; - promover o saneamento do Estado de Pernambuco junto à população, inclusive autoridades e políticos; - promover a educação e conscientização sanitária; - zelar pela preservação dos recursos hídricos do Estado, como fontes de abastecimento público; - mediar entre o Governo do Estado e as comunidades, com respeito aos programas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma a atender dentro dos padrões de quantidade, qualidade e efetividade. 	
	(Obs.: Companhia vinculada à SEINFRA)	
Contatos:	Luiz Gonzaga Perazzo – Presidente	
Endereços:	Av. Cruz Cabugá, 1387	ELO – Cabo de Sto. ELO – Barreiros
	Santo Amaro, Recife – Agostinho	Rua Santa Terezinha,
	PE	Rua Pedro Celso s/n
	Cep: 50040-000	Uchoa Cavalcanti, 56 Barreiros – PE
	Fone: (81) 3455.4533 /	Centro – Cabo – PE 55.560-000
	4711	54.500-000 Tel. (0xx81)3675.1076
	Fax: (81) 3421.2712	Tel. (0xx81) 3521.9057 (0xx81)675.1195
	www.compesa.com.br	Fax (0xx81) 3521.0186

Tabela 7 Departamento de Estradas e Rodagens – DER

Atribuições: A missão do DER-PE é desenvolver meios para a Construção e Gerenciamento do Sistema de Transporte Rodoviário, proporcionando conforto, segurança e fortalecimento da economia em benefício da população do Estado de Pernambuco.
Obs.: Companhia vinculada à SEINFRA

Contatos: Luciano Danzi - Diretor-geral

Endereço: Av. Cruz Cabugá, 1033
Santo Amaro, Recife – PE
Cep: 50040-000
Fone: (81) 3217.4202 / 4203 Fax: (81) 3421.3212
E-Mail: www.der.pe.gov.br

Tabela 8 Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco - Emhape

Atribuições: Planejar, acompanhar e desenvolver ações que visem o desenvolvimento urbano e execução das políticas do governo relativas às atividades de habitação.
Obs. Empresa vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUPE

Contatos: Luiz Alexandre Araújo Almeida - Presidente

Endereço: Rua Odorico Mendes, 700
Campo Grande, Recife – PE
Cep: 52031-080
Fone: (81) 3301.6210 / 3301.6211
E-mail: emhape@emhape.pe.gov.br URL: www.emhape.pe.gov.br

Tabela 9 Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR

Atribuições: Divulgação do calendário de eventos (promoções, festas e comemorações (Obs. Empresa vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes – SDETE)

Contatos: Tom Uchoa – Presidente

Endereço: Centro de Convenções - Complexo Salgadinho, s/n
Salgadinho - Recife – PE - Cep 53110-900
Tel. (0xx81) 3427.8000 / 3241.9201 Fax (0xx81) 3241.2266 / 9011
URL: www.empetur.com.br

Tabela 10 Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA

Atribuições: Responsável pela formulação de políticas que, partindo do eixo sócio-econômico e ambiental, baseia-se na integração entre a Ciência e a Tecnologia – C&T e o Meio Ambiente, dessa forma, fomentando a “*formulação integrada de políticas que envolvem inovações tecnológicas, proteção ambiental, ação empresarial e equidade social*”, respeitando os princípios gerais a Agenda 21 e, é claro, com a finalidade da melhoria da qualidade de vida da população.

No tocante a C&T, estão sob a responsabilidade dessa Secretaria os centros tecnológicos, os fundos setoriais para o desenvolvimento científico e tecnológico, a Rede Pernambuco Digital, dentre outras. No âmbito da questão ambiental, as ações que se destacam são a Agenda 21 Estadual, a Agenda Comum de Educação Ambiental, o Atlas da Biodiversidade, o fortalecimento do Consema e a Lei do ICMS sócio-ambiental.

Como essa Secretaria abrange as questões relativas ao Meio Ambiente, ela tem como braço executivo ambiental a Companhia de Meio Ambiente do Estado – CPRH que, devido a sua própria abrangência, é analisada separadamente neste Relatório.

A SECTMA também coordena o Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA que delibera sobre as políticas ambientais do Estado.

Contatos: Cláudio José Marinho Lucio – Secretário
Endereço: Rua Benfica, 285
 Madalena - Recife – Pernambuco
 CEP 50720-001
 Tel (0xx81) 3303-8021 / 3303-8022 Fax (0xx81) 3303-8024
 URL: www.sectma.pe.gov.br

Tabela 11 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes - SDETE

Atribuições: Planejar, fomentar e executar a política de desenvolvimento econômico nos setores industrial, comercial e de serviços; identificar, atrair e apoiar investimentos voltados à expansão das atividades produtivas no Estado; estimular, apoiar e orientar as atividades de turismo e de expansão dos investimentos no setor; planejar e incentivar as parcerias com a iniciativa privada, ações e programas de implantação de empreendimentos estruturadores e fomentadores da economia estadual; e, promover ações voltadas à prática de atividades desportivas.

Contatos: Alexandre Marques - Secretário
Endereço: Rua Montevideú, 220
 Boa Vista, Recife – PE
 Cep: 50050-000
 Fone: (81) 3231.4367 Fax: (81) 3231.4443
 URL: www.turismo.pe.gov.br

Tabela 12 Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco – SEDUPE

Atribuições: Planejar, acompanhar e desenvolver ações que visem ao desenvolvimento urbano e execução das políticas do governo relativas às atividades de habitação; promover a implementação das diretrizes, condições e normas gerais relativas ao Sistema de Transporte Público de Passageiros da RMR; e exercer o planejamento, a engenharia e a fiscalização do tráfego urbano em todo o Estado.

Contatos: Terezinha Nunes – Secretária

Endereço: Rua Montevidéu, 145
Boa Vista, Recife – PE
Cep: 50050-250
Fone: (81) 3301.7599 Fax: (81) 3301.7553

Tabela 13 Secretaria de Infra-estrutura - SEINFRA

Atribuições: *“Coordenar a formulação e a execução das políticas do Governo relativas às atividades de transportes, energia, comunicações, saneamento e serviços públicos, promovendo a atuação do Estado nesses setores, além de cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito, aplicando as penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito e seu regulamento; executar obras, produtos e serviços tocantes a recursos hídricos, em articulação com órgãos e entidades estaduais; elaborar planos, programas e projetos voltados para o setor de telecomunicações e radiodifusão; e executar serviços outorgados pelo Decreto Federal nº 86.759, de 18 de dezembro de 1981.”*

Contatos: Fernando Dueire – Secretário

Endereço: Av. Cruz Cabugá, 1111
Santo Amaro, Recife – Pe Cep: 52040-000
Fone: (81) 3421.5777 Fax: (81) 3421.4328

Tabela 14 Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Atribuições: *“Planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento territorial, econômico e social do Estado de Pernambuco; coordenar o processo de planejamento governamental, inclusive o plano plurianual; coordenar a descentralização das ações governamentais; coordenar o planejamento regional e metropolitano; normatizar os procedimentos relativos ao processo de elaboração, execução e acompanhamento da legislação orçamentária do Estado; e coordenar o processo de elaboração das diretrizes orçamentárias e os orçamentos estaduais.”*

Contatos: José Arlindo Soares - Secretário

Endereço: Rua da Moeda, 46
Bairro do Recife, Recife – PE
Cep: 50030-040
Fone: (81) 3224.4097 Fax: (81) 3224.7061
URL: www.seplandes.pe.gov.br

Tabela 15 Serviço Geológico do Brasil – CPRM

Atribuições: Tem como missão "Gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico, para o desenvolvimento sustentável do Brasil."

A CPRM abrange todo o país através das 12 unidades regionais que atuam nas seguintes áreas:

- Levantamento Geológico Básico
- Levantamento Aerogeofísico Regional
- Levantamento Geoquímico Regional
- Levantamento Hidrológico Básico
- Levantamento Hidrogeológico Básico
- Gestão de Informações Geológicas e Hidrológicas
- Divulgação de Informações Geológicas e Hidrológicas

Contatos: Obs.: Empresa Pública vinculada ao Ministério das Minas e Energia
Pedro Augusto

Endereços: Superintendência Regional do Recife
Av. Sul nº 2291 - Afogados - Recife - PE
Cep: 50770-011
Fone: (81) 3428-0623/3422-6448
Fax: (81) 3428-1511

www.cprm.gov.br

Tabela 16 Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Atribuições: *"Planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento territorial, econômico e social do Estado de Pernambuco; coordenar o processo de planejamento governamental, inclusive o plano plurianual; coordenar a descentralização das ações governamentais; coordenar o planejamento regional e metropolitano; normatizar os procedimentos relativos ao processo de elaboração, execução e acompanhamento da legislação orçamentária do Estado; e coordenar o processo de elaboração das diretrizes orçamentárias e os orçamentos estaduais."*

Contatos: José Arlindo Soares - Secretário

Endereço: Rua da Moeda, 46
Bairro do Recife, Recife – PE
Cep: 50030-040
Fone: (81) 3224.4097 Fax: (81) 3224.7061
URL: www.seplandes.pe.gov.br

Tabela 17 Complexo Industrial Portuário de Suape

Atribuições: Das atribuições conferidas à administração do Complexo Portuário de Suape, são listadas:

- a concentração e distribuição de cargas para toda a região nordeste;
- o licenciamento Ambiental através de um posto avançado do CPRH;
- a Preservação Ecológica e o Gerenciamento Ambiental, Preservação Cultural;
- a elaboração de projetos Econômico/ de Engenharia/ Meio Ambiente (EM DESENVOLVIMENTO);
- a urbanização da Margem Esquerda da foz do Rio Ipojuca;
- o acessos viário à margem esquerda do Rio Ipojuca;
- um Centro de Negócios do Complexo;
- um centro de serviços na Zona Industrial Portuária (ZIP);
- a atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento PDZ do porto de Suape;
- o Plano de Emergência Individual do Porto de Suape (Lei 9966/00).

Contatos:

Endereços: SUAPE - Complexo Industrial Portuário
 Rodovia PE-60, Km-10
 Engenho Massangana - Ipojuca - PE
 CEP 55590-000
 Tel. (0xx81) 3527.5000
 Fax (0xx81) 3527.4220; 3527.4026; 3527.4336

suape@fisepe.pe.gov.br

www.suape.pe.gov.br

5. Planos, Programas e Projetos

O principal objetivo deste documento é o de elencar os Planos, Programas e Projetos relacionados aos municípios do Litoral Sul de Pernambuco relativos aos setores de Desenvolvimento Urbano, Recursos Hídricos, Turismo e Portuário. Com o propósito de permitir a rápida associação dos diversos instrumentos de planejamento existentes nessa região com os setores pesquisados, optou-se pela utilização de ícones gráficos inseridos nas fichas resumo . Assim, segue a chave abaixo.

Setor de Desenvolvimento Urbano





Setor dos Recursos Hídricos


Setor do Turismo

Setor Portuário



Denominação:	AGENDA 21 do Estado de Pernambuco	
Executor(es):	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente Coordenação: Alexandrina Sobreira – Sub-secretária de Meio Ambiente	
Vigência:	Contínua	
Objetivo(s):	<i>“Estabelecer uma estratégia de ação do Estado, baseada em compromissos de mudanças, democratização e de descentralização.”</i>	
Componentes:	Temas Centrais: <ul style="list-style-type: none"> • Cidades Sustentáveis; • Gestão dos Recursos Naturais; • Combate aa Desertificação e Convivência com a Seca; • Redução das Desigualdades Sociais; • Infra-estrutura; e, • Economia Sustentável. 	
Observações:	---	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	A Agenda 21 é um Plano que não chega a definir ações específicas para cada município do Estado, porém estabelece premissas que orientam as políticas públicas que abordam os temas centrais definidos pelo Estado.	
Ipojuca		
Sirinhaém		
Rio Formoso		
Tamandaré		
Barreiros		
São José da Coroa Grande		


Denominação:	Águas de Pernambuco	
Executor(es):	Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA Coordenação:	
Vigência:		
Objetivo(s):		
Componentes:		
Observações:		
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do sistema de abastecimento d`água da Vila de Suape e Nazaré; • Construção da adutora para abastecimento d`água das indústrias Suape Têxtil e Pamesa. 	
Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto da Barragem do Engenho Maranhão. 	
Sirinhaém		
Rio Formoso		
Tamandaré		
Barreiros		
São José da Coroa Grande		

Denominação:	Descentralização do Controle e Gestão Ambiental – Municipalização do Controle Ambiental dos Empreendimentos de Impacto Local	
Executor(es):	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH e Prefeituras Municipais Coordenação: Hortência Maria Barboza	
Vigência:	Em andamento.	
Objetivo(s):	Desenvolver critérios e condições para repasse de algumas das atividades de controle ambiental para os municípios.	
Componentes:	Capacitação técnica, repasse de equipamentos, acompanhamento e avaliação técnica dos resultados.	
Observações:	A CPRH já 14 convênios estabelecidos em todo o estado. Atualmente, só os convênios com o Recife, Olinda e Petrolina estão efetivamente sendo executados.	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	A CPRH vem se articulando com esses municípios na perspectiva de iniciar algumas ações ainda este ano através do projeto com a GTZ.	
Ipojuca		
Sirinhaém	Nenhuma ação prevista para o momento.	
Rio Formoso	Nenhuma ação prevista para o momento.	
Tamandaré	Nenhuma ação prevista para o momento.	
Barreiros	Nenhuma ação prevista para o momento.	
São José da Coroa Grande	Nenhuma ação prevista para o momento.	

Denominação:	Caminhos para o Desenvolvimento
Executor(es):	Departamento de Estradas e Rodagens - DER Coordenação:
Vigência:	Em andamento.
Objetivo(s):	Implantação de infra-estrutura viária.
Componentes:	---
Observações:	Além das ações citadas abaixo, existem ainda outros projetos de rodovias e vias de acesso pelo "Caminhos para o Desenvolvimento" que se encontram em várias situações, p.ex. projetos executivos prontos e sem licitação, projetos executivos prontos e com licitação, projetos executivos prontos e com licitação e sem ordem de serviço e projetos executivos com elaboração planejada para o período 2004-2006, a exemplo do projeto para o trecho de Sirinhaém à divisa do Estado com Alagoas.
Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	---
Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e pavimentação de 15,2 km de Camela a Serrambi (Recursos do Gov. do Estado). • Implantação e pavimentação de 3,6 km para acesso a Muro Alto (Recursos do Gov. do Estado).
Sirinhaém	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração de 15 km da Rodovia PE-061 (Recursos do PRODETUR I)
Rio Formoso	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e pavimentação de 8,8 km de Rio Formoso a Praia dos Carneiros (Recursos do Gov. do Estado).
Tamandaré	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e pavimentação da Via Litorânea dos Carneiros (Recursos do PRODETUR I). • Restauração de 9,2 km da Rodovia PE-076 (Recursos do PRODETUR I)
Barreiros	---
São José da Coroa Grande	---


Denominação:	Comitês de Bacias Hidrográficas - COBHs
Executor(es):	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (como articulador) Coordenação: Ana Cristina Ferraz
Vigência:	Em andamento.
Objetivo(s):	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;</i> ▪ <i>arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;</i> ▪ <i>aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar a execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;</i> ▪ <i>estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, entre outros encargos.”</i>
Componentes:	---
Observações:	Após a criação da Lei Estadual nº 11.426/97 – que define a Política Estadual de Recursos Hídricos, teve início em 1998 um processo de mobilização para formação dos comitês de bacias no estado. Entre 1998 e 2002 este trabalho de mobilização resultou na implantação de 7 (sete) Comitês de Bacia Hidrográfica. São eles: COBH/Pajeú (1998), COBH/Moxotó (1999), COBH/Pirapama (1998), COBH/Mundaú e COBH/Jaboatão (2001), COBH/Ipojuca e COBH/Una (2002).


Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Comitê da Bacia do Pirapama - implantado em 01/06/1998 – Dispõe de Diagnóstico Ambiental e Agenda 21
Ipojuca	Comitê da Bacia do Pirapama - implantado em 01/06/1998 – Dispõe de Diagnóstico Ambiental e Agenda 21 Comitê da Bacia do Ipojuca - implantado em 30/04/2002 – Dispõe de Plano Diretor de Recursos Hídricos Comitê da Bacia do Jaboatão - implantado em 15/03/2001 – Não se identificou a existência de estudos específicos
Sirinhaém	---
Rio Formoso	Comitê da Bacia do Una - implantado em 25/11/2002 – Dispõe de Diagnóstico de Recursos Hídricos
Tamandaré	Comitê da Bacia do Una - implantado em 25/11/2002 – Dispõe de Diagnóstico de Recursos Hídricos
Barreiros	Comitê da Bacia do Una - implantado em 25/11/2002 – Dispõe de Diagnóstico de Recursos Hídricos
São José da Coroa Grande	Comitê da Bacia do Una - implantado em 25/11/2002 – Dispõe de Diagnóstico de Recursos Hídricos

Denominação:	Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos de Pernambuco	
Executor(es):	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente - CPRH Coordenação: Andréa Olinto	
Vigência:	2001 – continua	
Objetivo(s):	<p><i>“Geral:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Implementar a gestão ambiental integrada no litoral sul de Pernambuco, através do ordenamento territorial, bem como a dinamização do desenvolvimento sustentável, a eficiência econômica e a melhoria da qualidade de vida da região.</i> <p><i>Específicos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Promover mecanismos para internalização das diretrizes de ordenamento territorial ambiental, previstas no Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, nas políticas públicas estaduais e municipais.</i> - <i>Implementar uma sistemática de acompanhamento da qualidade ambiental e das ações de gestão, com vistas a detectar as tendências evolutivas dos indicadores de qualidade e reorientar as ações de controle ambiental, a curto, médio e longo prazo.”</i> 	
Componentes:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituição da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, através de lei, e incremento da Legislação de Apoio à Gestão de 7 municípios do Litoral Sul. 2. Fortalecer as unidades gestoras, para assumirem a gestão costeira em 7 municípios do Litoral Sul. 3. Internalizar as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro nos setores de Desenvolvimento Urbano, Turismo, Recursos Hídricos e Portuário. 4. Desenvolver três projetos de alternativas econômicas para o turismo sustentável e fomentar a criação de instâncias de cooperação. 5. Organizar e difundir as informações, através da implantação do SIGERCO, realização de três campanhas anuais e aproveitamento de eventos do projeto. 	
Observações:	O Projeto tem como base de ação o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco (Decreto Nº 21.972/99), que estabelece as atividades permitidas, proibidas e a serem incentivadas na região. A ênfase desse projeto é o desenvolvimento do turismo sustentável.	

Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho Ipojuca Sirinhaém Rio Formoso Tamandaré	Uma série de ações tem sido realizadas nesses municípios, principalmente no tocante ao desenvolvimento da capacidade institucional instalada, através de oficinas de capacitações, assistência técnica e apoio à elaboração e a revisão dos instrumentos legais de gerenciamento costeiro (Plano Diretor, Lei do Uso do Solo).
Barreiros São José da Coroa Grande	<p>Levantamentos e diagnósticos ambientais também foram elaborados através de outros projetos detalhados neste documento.</p> <p>Dentre os produtos e projetos de destaque, citam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o Diagnóstico do Turismo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da coroa Grande; • o perfil socioeconômico do Cabo de Santo Agostinho; • a elaboração do Plano de Intervenção na Orla do Cabo de Santo Agostinho • perfil socioeconômico de São José da Coroa Grande; • a elaboração do Plano de Intervenção na Orla de São José da Coroa Grande; • a capacitação dos gestores públicos sobre legislação e licenciamento; • o estudo para definição da linha de preamar no município de Ipojuca; dentre outras.

Denominação:	Habitar – Brasil/BID	
Executor(es):	Ministério das Cidades através da CEF Coordenação em Pernambuco: EMHAPE – Marcos Cunha	
Vigência:	2001 – em continuidade	
Objetivo(s):	“Componente Urbanização de Área Subnormal - UAS <i>Elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias, predominantemente, com renda mensal de até 3 salários mínimos, que residem em assentamentos subnormais.”</i>	
Componentes:	Outros componentes do Programa são: “Componente Desenvolvimento Institucional de Municípios – DI <i>Apoiar financeira e tecnicamente os governos municipais visando atenuar os problemas de assentamentos subnormais;”</i> “Componente Desenvolvimento Institucional MCidades - DI <i>Aprofundar o conhecimento setorial dos problemas de habitação e infra-estrutura urbana do país.”</i>	
Observações:	As instâncias governamentais elegíveis ao Programa são os Estados, o Distrito Federal e os <i>“Municípios que são as capitais e os classificados pelo IBGE como integrantes das Regiões Metropolitanas e dos Aglomerados Urbanos.”</i> O projeto piloto desse programa foi realizado nas comunidades de Dancing Days e Sítio Grande, ambas no Recife.	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	Em maio de 2002, o município finalizou o seu Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais - PEMAS, o que o habilitou a se credenciar e solicitar recursos do Habitar Brasil. Atualmente, o município concluiu os projetos para a comunidade de Charnequinha e iniciou a fase de licitação das obras. Esse projeto beneficiará aproximadamente 1.500 famílias beneficiadas assentadas em cerca de 33 hectares. Um outro aspecto desse projeto é que o mesmo prevê a regularização fundiária.	
Ipojuca	Ações preliminares em fase de discussão com a coordenação estadual.	
Sirinhaém	Municípios não contemplados pelo Programa por não fazer parte da RMR.	
Rio Formoso		
Tamandaré		
Barreiros		
São José da Coroa Grande		

Denominação:	Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Industriais	
Executor(es):	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente - CPRH Coordenação: Alíria Carneiro da Cunha	
Vigência:	2002 até Setembro de 2003	
Objetivo(s):	<i>“Conhecer e caracterizar os resíduos industriais gerados em Pernambuco, objetivando subsidiar a implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos e a elaboração de diretrizes nacionais para a gestão de resíduos, buscando a não-geração, minimização, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final adequada e segura dos resíduos sólidos.”</i>	
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos. - Difusão de tecnologias limpas que incentivem a não geração de resíduos. - Diminuir a geração, aumentar a reutilização/reciclagem e eliminar a destinação final inadequada. - Viabilizar novos empreendimentos de gerenciamento e reutilização de resíduos, contribuindo para a geração de emprego e renda. - Formar um banco de dados para novas pesquisas e desenvolvimento tecnológico. 	
Observações:	---	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	O inventário tem uma abrangência estadual. O cadastramento realizado levou em consideração as empresas dos municípios em apreço.	
Ipojuca		
Sirinhaém		
Rio Formoso		
Tamandaré		
Barreiros		
São José da Coroa Grande		


Denominação:	Metrópole Estratégica	
Executor(es):	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM Coordenação: Maria José Marques	
Vigência:	Maio de 2001 – em andamento	
Objetivo(s):	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“contribuir para a construção de um projeto coletivo regional, articulando, integrando, potencializando e redirecionando iniciativas isoladas;</i> • <i>identificar ações de caráter estruturador, associando os interesses intergovernamentais, com indicação de propostas transformadoras da sua realidade social;</i> • <i>aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos e privados e orientar o direcionamento de novos recursos;</i> • <i>formar pacto metropolitano com uma agenda mínima.”</i> 	
Componentes:	<p><u>Estudos Temáticos nas áreas de:</u> Crescimento Econômico; Dinâmica Populacional; Pobreza; Meio Ambiente; Uso e Ocupação do Solo; Trabalho; Saúde; Educação; Segurança; Habitação; Saneamento; Resíduos Sólidos; Transporte; Finanças Municipais; Serviços Municipais; Projeto Territorial.</p> <p><u>Estratégia de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - 2003/2015 (versão técnica).</u></p> <p><u>Projetos Territoriais: Uma proposta de priorização - 2003/2007.</u></p>	
Observações:	<p>Esse Plano resulta de uma parceria entre o CONDEPE/FIDEM, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, o Banco Mundial e o <i>Cities Alliance</i>, que juntos, através do Projeto <i>Recife Metropolitan Region City Development Strategy - RMR CDS</i>, vêm desenvolvendo uma proposta de <i>Estratégia de Desenvolvimento para a Região Metropolitana do Recife</i>, e que tem como princípios norteadores a <i>Promoção da Inclusão Social</i> e o desafio de <i>Projetar a Metrópole além do Local</i>.</p> <p>Dentre os atores envolvidos destacam-se o próprio CONDEPE/FIDEM, o Conderm, o Fórum dos Secretários Municipais de Planejamento, e, é claro, o Ipea, o Banco Mundial e o Programa <i>Cities Alliance</i>.</p>	

Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho Ipojuca	O Plano encontra-se com todos os componentes de estudos temáticos realizados e ações priorizadas. Atualmente está em fase reestruturação e definição do sistema gestor para o monitoramento e acompanhamento da implantação. Para maiores detalhes, consultar coordenação do Plano e o vasto material disponível na biblioteca da FIDEM.
Sirinhaém Rio Formoso Tamandaré Barreiros São José da Coroa Grande	Esses municípios não são contemplados pelas ações desse Plano pelo fato de estarem fora da Região Metropolitana.


Denominação:	Monitoramento Ambiental das Bacias Hidrográficas de Pernambuco
Executor(es):	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente - CPRH Setores Envolvidos: Laboratório e Recursos Hídricos
Vigência:	1986 – contínuo
Objetivo(s):	---
Componentes:	O monitoramento não é um projeto e sim uma ação contínua da CPRH.
Observações:	<p>Metodologicamente, o monitoramento consiste na coleta de informações a partir do cadastro industrial da própria CPRH, observações <i>in loco</i> e coleta e análise das águas através de uma série de estações de coleta cuidadosamente estabelecidas.</p> <p>Dentre as informações acerca das bacias hidrográficas monitoradas e divulgadas pela Companhia, destacam-se dados básicos sobre quais são os principais contribuintes, os reservatórios localizados dentro da bacia, o uso do solo, as áreas de proteção, o uso da água e as atividades industriais existentes. Além desses, os relatórios produzidos a partir desse monitoramento informa também sobre a carga poluidora e dados físico-químicos e biológicos bastante abrangentes.</p> <p>Em todos os casos, a CPRH elaborou relatórios técnicos dos resultados acompanhados por conclusões.</p>


Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Nesse município, o monitoramento ocorreu em trechos dos rios Pirapama, Utinga de Cima, Gurjaú, que compõem junto com outros rios a categoria de Pequenos rios litorâneos, todos localizados na bacia do rio Pirapama.
Ipojuca	Nesse município, o monitoramento ocorreu em trechos a jusante da usina Ipojuca e a jusante da usina Salgado, esses localizados na Bacia do rio Ipojuca.
Sirinhaém	Nesse município, o monitoramento ocorreu no trecho logo após as águas do rio Trapiche aportar no rio Sirinhaém, na bacia do próprio nome, rio Sirinhaém.
Rio Formoso	Nesse município, o monitoramento ocorreu no trecho a jusante da usina Cucaú, na bacia do rio Sirinhaém.
Tamandaré	Não há estações de monitoramento no perímetro do município.
Barreiros	Nesse município, o monitoramento ocorreu no trecho urbano da cidade, na bacia do Rio Una.
São José da Coroa Grande	Não há estações de monitoramento no perímetro do município.

Denominação:	Monitoramento da qualidade da água como instrumento de controle ambiental e gestão de recursos hídricos no Estado de Pernambuco
Executor(es):	Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH Coordenação Técnica: Joana Aureliano (Recursos. Hídricos)
Vigência:	Abril de 2002 – Dezembro de 2003 (previsão de conclusão)
Objetivo(s):	<i>“O objetivo do projeto é reestruturar e aprimorar o sistema de monitoramento da qualidade da água desses mananciais hídricos, garantindo que as comunidades locais, com base nos resultados da qualidade ambiental, possam participar e decidir, efetivamente, sobre o controle e a gestão dos recursos hídricos na região.”</i>
Componentes:	<p>→ <i>Com relação aos dados ambientais:</i></p> <p><i>Do Rio Ipojuca:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Levantamento das fontes poluidoras;</i> • <i>Levantamento do uso do solo na bacia;</i> • <i>Atualização e complementação de informações sobre os usuários da água;</i> • <i>Definição de zonas homogêneas da qualidade da água.</i> <p><i>Do Reservatório de Tapacurá</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Levantamento das fontes poluidoras do reservatório</i> <p>→ <i>Com relação às metodologias de monitoramento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Definição de uma nova metodologia de análise dos dados de monitoramento, a partir de indicadores adequados;</i> • <i>Análise estatística dos dados de monitoramento;</i> • <i>Implantação de modelos matemáticos de qualidade da água.</i>
Observações:	O projeto é desenvolvido pela CPRH através do convênio firmado com o MMA no âmbito do PNMAII.
Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Nenhuma atuação nesse município.
Ipojuca	Estações de monitoramento no Rio Ipojuca.
Sirinhaém	Nenhuma atuação nesse município.
Rio Formoso	Nenhuma atuação nesse município.
Tamandaré	Nenhuma atuação nesse município.
Barreiros	Nenhuma atuação nesse município.
São José da Coroa Grande	Nenhuma atuação nesse município.

Denominação:	Planejamento Estratégico Municipal - PEM	
Executor(es):	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM Coordenação:	
Vigência:		
Objetivo(s):	<p>Os principais benefícios apontados pela FIDEM são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Ajudar na tomada de decisões certas (eficácia).</i> • <i>Melhorar o funcionamento e o desempenho da organização (eficiência).</i> • <i>Acompanhar as transformações e contribuir para a sua sustentabilidade (efetividade).</i> • <i>Contribuir para o desenvolvimento institucional.</i> • <i>Melhorar a comunicação e a cooperação entre as organizações.</i> • <i>Fortalecer e ampliar o apoio político.”</i> 	
Componentes:	---	
Observações:	<p>A abordagem proposta pela FIDEM parte do pressuposto de que fatores externos podem ser entendidos como oportunidades para mudanças internas nas Administrações Municipais. Sendo assim, o Planejamento foca o desenvolvimento local com o intuito de contribuir significativamente nesse aspecto.</p> <p>Para tanto, a FIDEM considera os seguintes fatores críticos para o êxito da aplicação efetiva do PEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Vontade política e apoio efetivo.</i> • <i>Liderança do processo.</i> • <i>Disponibilidade de uma estrutura técnica mínima para o gerenciamento do processo.</i> • <i>Capacidade técnica para gerenciar projetos.</i> • <i>Recursos financeiros disponíveis.”</i> 	


Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Nenhuma ação prevista.
Ipojuca	Nenhuma ação prevista.
Sirinhaém	<p><i>“As etapas concluídas do ciclo de PEM:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Preparação do Processo</i> • <i>Análise Ambiental (temas críticos)</i> • <i>Análise Organizacional (formação da organização PEM, comitê, gerente, fórum sobre a missão da organização)</i> • <i>Elementos do Plano (visão, estratégias, objetivos, idéias de projetos)”</i>
Rio Formoso	Nenhuma ação prevista.
Tamandaré	Nenhuma ação prevista.
Barreiros	<p><i>“As etapas concluídas do ciclo de PEM:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Preparação do Processo</i> • <i>Análise Ambiental (temas críticos)</i> • <i>Análise Organizacional (formação da organização PEM, comitê, gerente, fórum sobre a missão da organização)</i> • <i>Elementos do Plano (visão, estratégias, objetivos, idéias de projetos)”</i>
São José da Coroa Grande	Nenhuma ação prevista.

Denominação:	Plano Diretor do Complexo Portuário de SUAPE - PDC	
Executor(es):	Complexo Industrial Portuário de Suape Coordenação:	
Vigência:	Em andamento	
Objetivo(s):	Define um zoneamento territorial para uso e ocupação do solo. Este zoneamento estabelece seis zonas. São elas: Zona Industrial Portuária (ZIP), Zonas Industriais Periféricas (ZI), Zona Central Administrativa (ZCA), Zona de Preservação Ecológica (ZPEC), Zona Agrícola Florestal (ZAF) e a Zona de Preservação Cultural (ZPC)	
Componentes:	<p>Atualmente encontram-se em andamento os seguintes projetos que foram embasados nas diretrizes estabelecidas pelo PDC:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Urbanização da Margem Esquerda da foz do Rio Ipojuca 2. Acessos Viários à Margem Esquerda do Rio Ipojuca 3. Business Center (Centro de Negócios do Complexo) 4. Centro de Serviços na Zona Industrial Portuária (ZIP) 5. Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento PDZ do porto de Suape 6. Plano de Emergência Individual do Porto de Suape (lei 9966/00) 	
Observações:	O Complexo Industrial Portuário de SUAPE localiza-se em território dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ficando estes municípios atrelados diretamente aos efeitos decorrentes do desenvolvimento do complexo.	


Denominação:	Plano do Litoral	
Executor(es):	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM Coordenação: Maria José Marques Cavalcanti	
Vigência:	Início e Término - 1999	
Objetivo(s):	<i>“Consolidação do Litoral de Pernambuco como pólo de desenvolvimento competitivo, através de ações voltadas à valorização de seu ambiente natural e construído e de suas manifestações culturais, materiais e imateriais; ou, mais especificamente, a criação de condições e atrativos para os moradores e incrementando o turismo e um maior tempo de permanência dos visitantes no Estado.”</i>	
Componentes:	<i>“Os pressupostos que orientam a seleção/definição dos projetos componentes desse Estudo dizem respeito a: Tratar a cultura local como elemento a ser protegido para usufruto da atual e das futuras gerações, e cuidadosamente utilizado como diferencial competitivo para o desenvolvimento do Estado. Utilizar racionalmente os recursos naturais, estabelecendo limites de carga e garantindo sua conservação para uso das futuras gerações. Promover um crescimento urbano ordenado, com qualidade ambiental e paisagística.”</i>	
Observações:	<p>Considerando o território de oportunidades decisivas para o desenvolvimento do litoral do Estado de Pernambuco e partindo do pressuposto de que esse processo está atrelado a provisão de infraestrutura, informação e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais, o CONDEPE/FIDEM, juntamente com outros parceiros e as 14 prefeituras municipais do litoral, coordenou e elaborou um Estudo Propositivo para tratar dos problemas, potencialidades e alternativas de solução para a área em apreço.</p> <p>Os órgãos estaduais envolvidos nesse Estudo foram a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes – SDETE, a Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA,, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA, a Empresa Pernambucana de Turismo – Empetur, a Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa e a Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH.</p>	

Denominação:	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo
Executor(es):	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes - SDETE Coordenação:
Vigência:	1999 – em andamento.
Objetivo(s):	<i>“Promover o desenvolvimento do turismo integrado à conservação ambiental e à valorização cultural, dinamizando a economia e ampliando a oferta de trabalho para a população local.”</i>
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento, estruturação e desenvolvimento de zonas turísticas, compostas por municípios que reúnam atrativos naturais, culturais, equipamentos, serviços e infra-estrutura local e de acesso (segurança, transporte e comunicações) de expressivo valor efetivo ou potencial; - Promoção da interiorização do turismo; - Consolidação do Recife como Portão de Entrada do Nordeste e pólo receptor e redistribuidor de fluxos turísticos para a região.
Observações:	<p>As principais diretrizes do Plano são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>“Implantar roteiros integrados, com funções turísticas (distribuição/estadia/excursão) diferenciadas e complementares entre os municípios, ressaltando a diversidade e a singularidade dos atrativos, de modo a valorizar o perfil municipal e fortalecer a zona turística a que pertencem;</i> • <i>Viabilizar a implantação de roteiros que integrem os pólos litorâneos com áreas contíguas do interior do estado, num raio de até 75 km, dando ênfase ao aprimoramento da infra-estrutura de acesso rodoviário, dos serviços de segurança, informação e sinalização turística dos principais corredores estaduais;</i> • <i>Estruturar em termos de serviços (segurança, sinalização e informações turísticas) e infra-estrutura rodoviária, os principais corredores estaduais de interligação das diversas zonas;</i> • <i>Aprimorar a estrutura receptiva dos municípios que dispõem de meios de hospedagem, de modo a estimular a permanência e favorecer a recepção e distribuição dos visitantes para os diversos atrativos componentes de cada zona, com ênfase para as áreas de forte potencial ecológico e cultural;</i> • <i>Trabalhar o desenvolvimento turístico integrado à conservação ambiental, à valorização cultural, à promoção social e às atividades produtivas locais, de modo a agregar valor à sociedade, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável.;</i> • <i>Aprimorar a qualidade dos serviços turísticos, em nível gerencial e operacional, através de programas de capacitação com financiamento do FAT;</i> • <i>Estimular, via direcionamento de linhas de crédito (estaduais e federais voltadas para o micro, o pequeno e o médio produtor urbano e rural) a melhoria e a dinamização do agro-negócio, do agroturismo e do turismo rural em engenhos e fazendas, incluindo apoio à construção de pequenas embarcações, da produção artesanal, à implantação e à capacitação gerencial dos</i>

	<p><i>equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentos e bebidas, agências de turismo receptivo, transporte e lazer náutico, lojas de artesanato e de souvenirs, espaços culturais como salas, auditórios para eventos, teatro e exibição de filmes) e demais atividades produtivas afins que fortaleçam os serviços de apoio ao turismo;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Dinamizar o calendário de eventos culturais, esportivos, agrícolas, indústrias, profissionais e técnico-científicos dos municípios prioritários;</i> • <i>Fortalecer o marketing turístico nos mercados internos e externos.</i> <p>O Plano se caracteriza por sua abrangência no tocante aos Segmentos Prioritários estabelecidos, quais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Turismo ecológico, turismo rural e agroturismo;</i> • <i>Turismo cultural;</i> • <i>Turismo religioso;</i> • <i>Turismo arqueológico e geo-científico;</i> • <i>Turismo de compras;</i> • <i>Turismo de eventos, feiras e convenções.”</i>
Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	
Ipojuca	
Sirinhaém	
Rio Formoso	
Tamandaré	
Barreiros	
São José da Coroa Grande	


Denominação:	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - PROMATA	
Executor(es):	SEPLAN Coordenação: Berta Maia	
Vigência:	1998 – em andamento	
Objetivo(s):	<i>“Promover a mudança e o desenvolvimento da região da Mata pernambucana, historicamente vinculada à economia da cana-de-açúcar, cujos indicadores de pobreza estão entre os mais baixos do Estado, através da construção de estratégias participativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população dos seus 43 municípios”.</i>	
Componentes:	<p><u>Subprograma I:</u> Melhoria de Serviços Básicos Propósito: Ampliar a disponibilidade e melhorar a qualidade dos serviços básicos municipais.</p> <p><u>Subprograma II:</u> Apoio à Diversificação Econômica Propósito: Promover a criação e o fortalecimento de novas oportunidades de desenvolvimento econômico na Região</p> <p><u>Subprograma III:</u> Gestão e Proteção Ambiental Propósito: Fortalecer a gestão ambiental na Região de forma integrada e participativa</p>	
Observações:	<p>O Programa está vinculado a Secretaria de Planejamento e sob a gerência da Dra. Berta Maia (Gerente Geral). Atualmente, as ações do PROMATA compreendem a sensibilização dos atores institucionais e da sociedade civil dos municípios objeto deste relatório, avaliações preliminares da situação existente, criação dos fóruns municipais e contratação da empresa responsável pela elaboração dos Planos de Investimento Municipal (PIM) baseados nas demandas levantadas durante o diagnóstico participativo.</p> <p>O período previsto para elaboração dos PIMs é de quatro meses a contar da data de contratação da empresa responsável.</p> <p>As Câmaras Técnicas sugeridas durante a criação dos fóruns são as de Meio Ambiente, Diversificação Econômica, Infra-estrutura, Saúde, Educação e Fortalecimento da Gestão Municipal e organização Comunitária.</p> <p>No tocante à questão dos recursos hídricos, o PROMATA realizará ações que contemplarão: 1) saneamento básico, em comunidades rurais com população variando de 200 a 10.000 mil habitantes e que se caracterizem como uma vila; e 2) limpeza urbana, que envolverá a coleta e deposição de lixo em aterros sanitários.</p> <p>Todas as ações propostas serão definidas e priorizadas durante os fóruns de diagnóstico participativo que estabelecerão os PIMs.</p>	

Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Município não contemplado pelo Programa por estar inserido na Região Metropolitana do Recife
Ipojuca	Município não contemplado pelo Programa por estar inserido na Região Metropolitana do Recife
Sirinhaém	Fórum municipal criado em 30/05/2003 com seis câmaras técnicas. No tocante ao saneamento ambiental, as seguintes áreas foram identificadas como foco para intervenção: Ibiratinga, Barra de Sirinhaém, Núcleo 31 de Maio e Barra da Muriçoca.
Rio Formoso	Fórum municipal criado em 28/05/2003 com seis câmaras técnicas. No tocante ao saneamento ambiental, o distrito de Cucaú foi identificado como foco para intervenção
Tamandaré	Fórum municipal criado em 03/06/2003 com seis câmaras técnicas. No tocante ao saneamento ambiental, o distrito de Saué foi identificado como foco para intervenção
Barreiros	Fórum municipal criado em 05/06/2003 com seis câmaras técnicas.
São José da Coroa Grande	Fórum municipal criado em 27/05/2003 com seis câmaras técnicas. No tocante ao saneamento ambiental, os distritos de Abreu do Una e Várzea do Una foram identificados como focos para intervenção.


Denominação:	Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR I 
Executor(es):	SDETE/UEE/PE Coordenação: Luiz Castanha
Vigência:	Em andamento.
Objetivo(s):	O PRODETUR/NE I tem por objetivos promover, de forma sistêmica, o desenvolvimento do Setor Turismo da Região Nordeste, a partir da disponibilização de infra-estrutura de apoio ao Turismo, priorizando ações que mantenham e expandam a atividade turística, bem como estimulando a participação da iniciativa privada, com a conseqüente geração de ocupação produtiva e renda.
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo; • Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura para o Crescimento Turístico; • Promoção de Investimentos do Setor Privado.
Observações:	<p>O Programa está vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes e está sob a coordenação do Dr. Luiz Castanha.</p> <p>No estado de Pernambuco, o Programa engloba 15 municípios e o Arquipélago de Fernando de Noronha, que juntos constituem o chamado Pólo Costa dos Arrecifes.</p> <p>Dados obtidos a partir de pesquisa no BNB (website)</p>

Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Nenhuma ação prevista
Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do acesso rodoviário de 4 km à praia de Muro Alto; ações concluídas em 2001.
Sirinhaém	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento das estruturas operacionais e capacitação de RH da AD-Diper, a qual exercerá o papel de gestora do Complexo Turístico de Guadalupe; ações concluídas em 2001; • Capacitação/Treinamento de RH. Ações concluídas em 2000; • Legislação básica municipal; ações concluídas em 2001; • Modernização/Implantação do sistema de administração municipal; ações em fase de execução com 54% concluídas; • Plano Diretor municipal e legislação; ações em fase de execução com 82% concluídas; • Sensibilização/Conscientização dos agentes e comunidade local; ações concluídas em 2001; • Via de Penetração Sul (Entr. PE-060/Praia dos Carneiros); ações em fase de execução com 57% concluídas.
Rio Formoso	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e Ampliação do sistema de abastecimento d`água da cidade; ações concluídas em 2001; • Construção de kits sanitários do sistema de esgotamento sanitário da cidade; ações concluídas em 2001; • Ligações hidrossanitárias no sistema de esgotamento sanitário da cidade; ações concluídas em 2001; • Capacitação / Treinamento de recursos humanos municipais; ações concluídas em 2001; • Legislação básica municipal; ações em fase de execução com 7% concluídas; • Modernização/Implantação do sistema de administração municipal; ações em fase de execução com 54% concluídas; • Plano Diretor municipal e legislação; ações em fase de execução com 68% concluídas; • Sensibilização/Conscientização dos agentes e comunidade local; ações concluídas em 2001; • Construção da ponte sobre o rio Ariquindá como parte do sistema viário do Guadalupe. Ações em execução com 7% concluído; • Implantação das instalações necessárias à geração de energia elétrica para a operação dos sistemas de abastecimento d`água e de esgotamento sanitário na cidade; ações concluídas em 2001; • Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio Formoso; ações concluídas em 2001; • Construção da via litorânea Guadalupe; ações concluídas em 2001.

Tamandaré	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e Reforma do Centro de Visitação da APA de Guadalupe; ação concluída em 2000. • Caracterização e Avaliação do Estado de Conservação dos Fragmentos Vegetacionais da Mata Atlântica; ações concluídas em 2001. • Controle de Bacias Hidrográficas - APA de Guadalupe; ações concluídas em 2001. • Levantamento e Caracterização da População Avifaunística - APA Guadalupe; ações concluídas em 2001. • Monitoramento de Empreendimentos de Aquacultura APA de Guadalupe; ações concluídas em 2000. • Montagem do Centro de Visitação da APA de Guadalupe; ações concluídas em 2001. • Plano de Resíduos Sólidos da APA DE Guadalupe; ações concluídas em 2001. • Capacitação/Treinamento de RH Municipais; ações concluídas em 2000. • Legislação básica municipal; ações em fase de execução com 7% concluídas. • Modernização/Implantação do sistema de administração municipal; ações em fase de execução com 54% concluídas; • Plano Diretor Municipal e Legislação Urbanística; ações em fase de execução com 82% concluídas. • Sensibilização/Conscientização dos agentes e comunidade local; ações concluídas em 2001; • Recuperação da Rodovia PE 061; ações concluídas em 2001.
Barreiros	Nenhuma ação prevista.
São José da Coroa Grande	Nenhuma ação prevista.


Denominação:	Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR II 
Executor(es):	SDETE/UEE/PE Coordenação: Luiz Castanha
Vigência:	Em andamento.
Objetivo(s):	<p>“O PRODETUR/NE II tem como principal objetivo melhorar a qualidade de vida da população permanente nos municípios integrantes dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo prioritários identificados na área de atuação do Banco do Nordeste, através da geração de maiores oportunidades de emprego, maior disponibilidade e qualidade dos serviços urbanos municipais e uma melhor qualidade do meio ambiente.”</p> <p>“Neste sentido, uma das premissas básicas do PRODETUR/NE II é o foco na sustentabilidade dos investimentos realizados na Primeira Fase do Programa, o que significa uma priorização de ações que visem <u>completar</u> e <u>complementar</u> os projetos financiados.”</p> <p>Em Pernambuco, foram priorizadas as seguintes áreas para investimentos: saneamento ambiental, recuperação do patrimônio histórico, equipamentos turísticos, fortalecimento dos órgãos públicos responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades turísticas e um componente de melhoria da infra-estrutura das rodovias PE-01 e PE-60 e a conclusão da triplicação da PE-15.</p>
Componentes:
Observações:	<p>No estado de Pernambuco, o Programa engloba 15 municípios e o Arquipélago de Fernando de Noronha, que juntos constituem o chamado Pólo Costa dos Arrecifes.</p> <p>Para obter financiamento, é fundamental que o Estado elabore o seu Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS. O conteúdo desse documento deve apresentar basicamente a indicação dos objetivos do planejamento, definição da área e estratégias para o desenvolvimento do turismo, diagnóstico sócio-econômico-ambiental, avaliação da capacidade institucional e de infra-estrutura dos governos estadual e municipal e a identificação da demanda turística atual e estimativa futura com previsão dos impactos econômicos. Toda essa informação deve ser consolidada em um plano de ação contendo custos, cronogramas e indicadores para monitoramento.</p> <p>O plano de ação será, então, discutido e validado pelo Conselho de Turismo do Pólo Costa dos Arrecifes, empossado em dezembro de 2002 e composto por 36 membros, sendo três representantes do Governo Federal, sete do Governo de Pernambuco, oito dos municípios, nove do terceiro setor e nove do setor privado.</p>


Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Atualmente, o PRODETUR/NE II em Pernambuco encontra-se na fase de conclusão do PDITS, com previsão para validação até o final de junho de 2003. As ações específicas para cada município do Litoral Sul não foram disponibilizadas pela Unidade Executora Estadual (UEE/PE) do Programa pelo fato do Plano ainda não ter sido validado.
Ipojuca	
Sirinhaém	
Rio Formoso	
Tamandaré	
Barreiros	
São José da	
Coroa Grande	

Denominação:	Programa de Gerenciamento Costeiro de Pernambuco - GERCO	
Executor(es):	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente - CPRH Coordenação: Andréa Olinto	
Vigência:	1990 – em continuidade	
Objetivo(s):	<i>“O objetivo geral do Gerenciamento Costeiro é avaliar e orientar o processo de ocupação e uso do solo, através do planejamento participativo e da implementação de ações integradas de gestão da zona costeira de Pernambuco, incorporando os princípios da Agenda 21, de forma a buscar alternativas para promover o desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e o disciplinamento da utilização dos seus recursos naturais.”</i>	
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente protegido, tendo em vista o seu uso coletivo; • Planejamento e gerenciamento das atividades na Zona Costeira, de modo descentralizado e participativo, capacitando a comunidade para a participação ativa na defesa do meio ambiente e de sua melhor qualidade de vida; • Controle, planejamento e fiscalização do uso dos recursos: solo, subsolo, água, ar, fauna e flora, em toda a Zona Costeira, de modo a conter a exploração predatória dos recursos naturais renováveis e não renováveis; • Mitigação dos conflitos de usos do solo e seus reflexos nos demais recursos naturais/ culturais; • Otimização dos processos produtivos, valorizando as potencialidades dos recursos naturais/culturais, respeitando-se as limitações de ordem ambiental; • Recuperação das áreas degradadas e os bens lesados; • Incentivo ao desenvolvimento de atividades que respeitem as limitações e as potencialidades dos recursos ambientais/culturais, conciliando as exigências do desenvolvimento com sua proteção; • Promoção da educação ambiental e da conscientização pública para a preservação e a conservação da Zona Costeira, procurando sempre associar a população residente e flutuante na gestão do litoral; • Elaboração do Diagnóstico Sócio-Ambiental do Estado de Pernambuco; • Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Estado de Pernambuco, que deverá estabelecer as normas de uso e ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais em áreas específicas, definidas a partir das análises de suas características socioeconômicas e ecológica; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação/consolidação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro – SIGERCO; • Execução/implementação do Programa de Monitoramento Sistemático da Zona Costeira -SMA-ZC, que através da coleta de dados e informações, de forma contínua, deverá acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira; • Execução/implementação dos Planos de Gestão da Zona Costeira – PGZC, que deverão ser estabelecidos de forma a envolver a sociedade em todos os níveis, integrando-a no processo de planejamento participativo, de forma a promover a compatibilização dos interesses locais com as ações municipais, estaduais e federais para a região, sendo estabelecida, para tanto, uma agenda de curto prazo com indicação das ações consideradas de caráter emergencial, seus responsáveis e datas limites de execução; • Execução/implementação do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira- RQA-ZC de forma a consolidar os resultados produzidos pelo Monitoramento Ambiental e a avaliação das medidas e ações da gestão ambiental; • Articulação junto a Assembléia Legislativa do Estado a aprovação da Lei do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro- PEGC.
<p>Observações:</p>	<p>Ao longo dos últimos 12 anos de execução, o GERCO vem desenvolvendo inúmeras ações cujo foco é <i>“orientar o processo de ocupação e uso do solo na zona costeira”</i>, adotando aí <i>“os princípios da Agenda 21”</i>. As ações do grupo gestor são reforçadas por uma série de convênios e parcerias firmados com outras instituições.</p> <p>Dentre as várias ações realizadas pelo Programa, destacam-se a elaboração do diagnóstico preliminar sócio-ambiental do litoral sul, que gerou vários mapas; o Plano de Gestão Integrada do Litoral Sul envolvendo várias instituições e que culminou em dois projetos; o Plano Emergencial de Controle de Resíduos Sólidos; o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro e Plano de Gestão da APA de Guadalupe; o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Sul, que culminou com o Decreto Estadual Nº 21.972/99; dentre outros.</p>


Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico Emergencial realizado em 1990/1 que produziu ortofotocartas da RMR na escala de 1:10.000 identificando: Mangue (impactado / recuperado), aterro, mata (impactada / recuperada), alteração de desembocadura. Outros municípios também foram diagnosticados; • Elaboração do Plano de Intervenção do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima.
Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do estudo sobre a erosão marinha na embocadura do Rio Maracaípe, identificando “<i>as variações morfológicas e as características hidrodinâmicas e sedimentológicas</i>” ao longo de 1 ano. O Estudo culminou com uma série de propostas de medidas técnicas adequadas para conter o processo erosivo; • Planta Diretora do município.
Sirinhaém	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico/zonamento litoral sul; • Realização de estudos que culminaram com os Decretos Estaduais Nº 21.135/98, que aprova o Zonamento Ecológico-Econômico e Cria o Conselho Gestor da APA de Guadalupe e Nº 21.229/98, que cria a APA de Sirinhaém.
Rio Formoso	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico/zonamento litoral sul. • Plano de Intervenção do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima em fase de negociação para interface com o PROMATA.
Tamandaré	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico/zonamento litoral sul. • Plano de Intervenção do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima em fase de negociação para interface com o PROMATA.
Barreiros	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico/zonamento litoral sul. • Plano de Intervenção do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima em fase de negociação para interface com o PROMATA.
São José da Coroa Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico/zonamento litoral sul. • Elaboração do Plano de Intervenção do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima.

Denominação:	Programa de Infra-estrutura Urbana – PRO-INFRA	
Executor(es):	Prefeitura Municipal	
Vigência:	2001 – em andamento	
Objetivo(s):	<i>“Visa, por meio de ações que priorizam os investimentos públicos em transporte coletivo urbano e segurança viária, à redução dos custos de deslocamento, da poluição ambiental e dos acidentes de trânsito nas cidades, objetivando a redução das situações de risco e de insalubridade em áreas habitadas por população de baixa renda.”</i>	
Componentes:	a) Melhoria na infra-estrutura do transporte coletivo urbano. b) Apoio à redução de acidentes no trânsito. c) Urbanização de áreas habitadas por população de baixa renda.	
Observações:	---	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	Ações estruturais para melhoria do sistema viário.	
Ipojuca	Ações de pavimentação e drenagem de ruas e acessos concluídas.	
Sirinhaém	Pavimentação de ruas. Há dois projetos contratados, um está paralisado e o outro ainda não foi iniciado.	
Rio Formoso	Nenhuma ação prevista.	
Tamandaré	Nenhuma ação prevista.	
Barreiros	Nenhuma ação prevista.	
São José da Coroa Grande	Nenhuma ação prevista.	


Denominação:	Programa de Melhoramento do Saneamento Básico de Pernambuco	
Executor(es):	COMPESA/Kfw Coordenação:	
Vigência:		
Objetivo(s):		
Componentes:		
Observações:		
	Município	Estágio Atual
	Cabo de Santo Agostinho	
	Ipojuca	
	Sirinhaém	
	Rio Formoso	
	Tamandaré	
	Barreiros	- distribuição de água
	São José da Coroa Grande	

Denominação:	Programa Nacional de Infra-estrutura Turística – PRO-INTUR
Executor(es):	Prefeitura Municipal
Vigência:	Em andamento.
Objetivo(s):	<i>“Propiciar condições para o desenvolvimento sócio-econômico, mediante a implantação de infra-estrutura e serviços de finalidade ou interesse turístico.”</i>
Componentes:	<p>As ações atendidas no âmbito do Projeto são:</p> <p>a) Construção, ampliação ou reforma de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aeroportos, heliportos, marinas, pier, atracadouros e terminais marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; - meios de hospedagem; - centros de eventos; - praças públicas; - parques de exposições e rodeios; - parques públicos e parques de estâncias climáticas, hidrominerais e termais; - terminais de turismo social e de lazer; - casas de cultura e museus; - centro de comercialização de produtos artesanais; - pórticos/portais de cidades; - centros ou quiosques de informações turísticas e centro de apoio ao turista; - implantação de sinalização turística; - teleférico e mirante; - escolas destinadas à qualificação da mão-de-obra para o setor. <p>b) Intervenções em sítios históricos, ambientais, arqueológicos, religiosos (santuários), geológicos (grutas), etc.</p> <p>c) Recuperação de equipamentos e prédios históricos para fins turísticos.</p> <p>d) Urbanização ou reurbanização de orla marítima/fluvial e áreas turísticas.</p> <p>e) Construção, ampliação ou recuperação de ferrovias, rodovias e estradas turísticas.</p>
Observações:	<p><i>O Programa é operado com recursos do Orçamento Geral da União, repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as etapas do empreendimento executadas e comprovadas. Os recursos são depositados em conta específica, aberta em uma agência da CAIXA, exclusivamente para movimentação de valores relativos à execução do objeto do contrato assinado.</i></p> <p><i>O Estado/Município interessado deve encaminhar o Plano de Trabalho ao Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, Órgão Gestor do Programa.</i></p>

Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Não há ações previstas.
Ipojuca	Não há ações previstas.
Sirinhaém	Não há ações previstas.
Rio Formoso	Construção do portal, serviços de infra-estrutura na entrada da cidade. Ações ainda não iniciadas. Projeto contratado em 2002.
Tamandaré	Não há ações previstas.
Barreiros	Não há ações previstas.
São José da Coroa Grande	Não há ações previstas.

Denominação:	Programa Viva o Morro	
Executor(es):	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM Coordenação Técnica: Sônia Gomes de Matos Medeiros	
Vigência:	Contínuo.	
Objetivo(s):	<ul style="list-style-type: none"> • recuperar as áreas de morros degradadas; • tornar os assentamentos populares dos morros em espaços seguros de moradia; • promover a sustentabilidade ambiental e ordenação da ocupação urbana na área de morros, tratando-a como patrimônio natural metropolitano. 	
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ diagnóstico ambiental urbanístico e social; ▪ política urbana e habitacional; ▪ plano diretor metropolitano de ordenamento e urbanização dos morros; ▪ produção de cadernos técnicos: <ul style="list-style-type: none"> - tecnologias para conservação ambiental e ordenamento da ocupação urbana; - tecnologias sobre processos construtivos, habitacionais e urbanísticos; - organização social e gestão urbana; ▪ sistema de informações gerenciais das áreas de morros; ▪ recuperação ambiental dos morros e melhoria da habitabilidade; ▪ urbanização dos morros; ▪ reorganização do espaço urbano; ▪ gestão e controle da ocupação urbana; ▪ projeto de comunicação e mobilização para preservação ambiental dos morros da RMR 	
Observações:	Por conta deste programa foram apresentadas emendas coletivas da bancada Pernambucana para obtenção de recursos do OGU. A divisão dos fundos foi priorizada de acordo com critérios definidos no programa.	

Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Municípios participantes do Programa e já contemplados com recursos do OGU para aplicação na recuperação ambiental e melhoria da habitabilidade em áreas de morro.
Ipojuca	
Sirinhaém	Municípios não contemplados por estarem fora da Região Metropolitana do Recife
Rio Formoso	
Tamandaré	
Barreiros	
São José da Coroa Grande	


Denominação:	Projeto Alvorada	
Executor(es):	Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco Coordenação: Guilherme Robalinho (Secretário de Saúde)	
Vigência:	2001 – junho de 2004	
Objetivo(s):	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos em infra-estrutura de saneamento básico para redução dos índices epidemiológicos causados por doenças de veiculação hídrica. • Promover a melhoria da qualidade vida das populações beneficiadas. 	
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento d`água. • Esgotamento sanitário. • Mobilização e educação para saúde. 	
Observações:	<p>Os recursos desse projeto são oriundos do Fundo de Combate à Pobreza – Min. da Saúde/FUNASA com contrapartida do Governo do Estado de Pernambuco. O Projeto envolve também capacitações para as populações diretamente beneficiadas.</p> <p>Os critérios de seleção para inclusão dos municípios no Projeto foram: a) IDH menor que 0,500; e, b) Com áreas caracterizadas como Pólos de Desenvolvimento Econômico.</p> <p>Os parceiros locais para as ações do Projeto são as Prefeituras, a COMPESA, a Secretaria de Produção Rural de Pernambuco e a FUNASA Regional.</p>	


Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Nenhuma ação prevista.
Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do distrito de Porto de Galinhas, incluindo a captação d'água, a adutora e o reservatório de água bruta. • Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) – realizado pela Prefeitura. • Construção de 78 unidades de Melhoria Sanitário Domiciliar (MSD) – isso inclui o sanitário, a fossa e o sumidouro.
Sirinhaém	Nenhuma ação prevista.
Rio Formoso	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e melhorias do Sistema de Abastecimento d'Água (SAA). • Construção de 76 unidades de Melhoria Sanitário Domiciliar (MSD) – isso inclui o sanitário, a fossa e o sumidouro.
Tamandaré	Construção de 83 unidades de Melhoria Sanitário Domiciliar (MSD) – isso inclui o sanitário, a fossa e o sumidouro.
Barreiros	Nenhuma ação prevista.
São José da Coroa Grande	Construção de 111 unidades de Melhoria Sanitário Domiciliar (MSD) – isso inclui o sanitário, a fossa e o sumidouro.


Denominação:	Projeto Áreas Estuarinas de Pernambuco - Proposta de Diagnóstico e ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico
Executor(es):	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA Coordenação: Alexandrina Sobreira
Vigência:	Ações paradas.
Objetivo(s):	<i>“O objetivo geral do projeto é nortear os estudos para elaboração do Diagnóstico Ambiental e do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) das Áreas Estuarinas do Estado de Pernambuco e respectivas áreas de influência, com vistas a subsidiar a elaboração da proposta do Programa Estadual de Cultivo do Camarão Marinho e a montagem de um banco de dados georeferenciado que servirá de base para o monitoramento dessa atividade e para a gestão ambiental integrada da zona costeira do Estado, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável da referida zona.”</i>
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> a. Mapeamento e análise das características do meio físico e biótico de cada estuário e respectiva área de influência; b. Elaboração de carta de potencialidades e limitações e o diagnóstico do meio físico-biótico das áreas estudadas; c. Estabelecimento do perfil socioeconômico de cada área e identificar os processos responsáveis pela dinâmica das mesmas; d. Mapeamento e caracterização do uso e ocupação do solo bem como os problemas e tendências atuais dessas áreas; e. Elaboração do diagnóstico sócio-ambiental de cada área estuarina, identificando os atores envolvidos nas atividades dessas áreas e intervenções corretivas implementadas ou previstas, mapeando conflitos de usos atuais e emergentes e avaliando o estado dos recursos ambientais das mesmas; f. Elaboração da proposta de Zoneamento Ecológico Econômico de cada estuário e respectiva área de influência, delimitando zonas e subzonas com potencialidade e restrições para carcinicultura e outras formas de utilização dos recursos ambientais pelas comunidades que dependem desses recursos para sua sobrevivência, com indicação dos usos e ações proibidos, tolerados e a incentivar em cada subzona.
Observações:	<p>Originalmente, o Projeto estava sob a tutela direta da CPRH/GERCO, porém encontra-se agora sob a responsabilidade direta da SECTMA. A Secretaria está em fase de negociação para obtenção de um aditamento do Convênio Nº 0254/2001MI celebrado entre o Ministério da Integração Regional e o Governo do Estado de Pernambuco. Por essa razão, as ações do Projeto estão paradas.</p> <p>As áreas contempladas pelo Projeto abrangem todas as áreas estuarinas do Estado.</p>

Denominação:	Projeto Mapeamento e Cadastro de Áreas de Mineração de Areia e Argila
Executor(es):	Companhia Pernambucana de Meio Ambiente - CPRH Coordenação : Hortência Maria Barboza
Vigência:	Maio de 2002 – em andamento.
Objetivo(s):	<p>Objetivo Geral: <i>“Fortalecer e Aprimorar o Sistema de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da Atividade de Extração Mineral de Areia e Argila da RMR e de quatro municípios circunvizinhos.”</i></p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>"Identificar e plotar as áreas onde ocorrem ou ocorreram extrações minerais de areia e argila na RMR e municípios limítrofes;</i> • <i>Levantar os impactos ambientais das extrações e das principais fontes impactantes, o grau de degradação e de contaminação dos principais recursos naturais (vegetação, solo, água e litologia);</i> • <i>Regularizar o licenciamento ambiental das atividades mineradoras de areia e argila na RMR e municípios limítrofes;</i> • <i>Elaborar o zoneamento das áreas mineradas visando estabelecer áreas passíveis de exploração e áreas com restrições.”</i>
Componentes:	<ul style="list-style-type: none"> • <i>“Caracterizar o conjunto das atividades de mineração na área do projeto e o zoneamento das minerações de areia e argila.</i> • <i>Estabelecer de forma integrada entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH) a estratégia e os mecanismos técnicos de regularização e controle ambiental da atividade mineira.</i> • <i>Regularização das lavras de areia e argila.”</i>
Observações:	<p>A intenção do Projeto é otimizar a fiscalização e monitoramento das áreas de mineração de areia e argila assim como fomentar a elaboração de um zoneamento orientador que respeite o Plano Diretor de Mineração.</p> <p>Além disso, a intenção é ter um sistema que seja alimentado em tempo real, tanto pela CPRH como pela CPRM.</p>

Município	Estágio Atual
Cabo de Santo Agostinho	Município contemplado no cadastro.
Ipojuca	Município contemplado no cadastro.
Sirinhaém	Município não contemplado nessa fase.
Rio Formoso	Município não contemplado nessa fase.
Tamandaré	Município não contemplado nessa fase.
Barreiros	Município contemplado no cadastro.
São José da Coroa Grande	Município não contemplado nessa fase.

Denominação:	Projeto Metropolitano	
Executor(es):	Empresa de Habitação de Pernambuco – EMHAPE Coordenação: Marcos Cunha	
Vigência:	Em elaboração.	
Objetivo(s):	Em linhas gerais, o projeto prevê a implantação de melhorias de infraestrutura urbana e a construção de moradias nas cidades da RMR.	
Componentes:	---	
Observações:	Uma carta consulta foi apresentada ao Banco Mundial para atender dois municípios: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	Municípios contemplados pelo projeto. Ações específicas e áreas de intervenção ainda estão sendo discutidas/definidas.	
Ipojuca		
Sirinhaém		
Rio Formoso	Municípios não contemplados pelo Programa por não fazer parte da RMR.	
Tamandaré		
Barreiros		
São José da Coroa Grande		

Denominação:	Projeto Sistema de Informações Geoambientais da RMR	
Executor(es):	Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM (Pedro Augusto em convênio com a CPRH (Hortência Maria Barboza).	
Vigência:	2003 – em andamento	
Objetivo(s):	Reunir em um único banco de dados informações do meio físico da RMR voltadas aos gestores ambientais das esferas estadual e municipal como subsídio nas atividades de planejamento e licenciamento.	
Componentes:	Elaboração de banco de dados com cartas temáticas	
Observações:	O sistema está em sua fase preliminar e está disponível em CD mediante solicitação ou em consulta na biblioteca da CPRM. Os executores do projeto pretendem disponibilizar tais informações na Internet através dos portais da CPRM e CPRH em breve.	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	Por estarem inseridos na RMR, esses municípios contam com um rol de informações geoambientais disponíveis na CPRM.	
Ipojuca		
Sirinhaém	Município não contemplado pelo Programa por não estar inserido na Região Metropolitana do Recife	
Rio Formoso		
Tamandaré		
Barreiros		
São José da Coroa Grande		

Denominação:	Sistema de Gestão do Tratamento e a Destinação Final dos Resíduos Sólidos da RMR	
Executor(es):	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco – SEDUPE (continuidade) Coordenação: Alexandre Castro	
Vigência:	2001 – em andamento	
Objetivo(s):	<i>“Equacionar as questões relativas ao tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos gerados na Região Metropolitana do Recife – RMR”.</i>	
Componentes:	---	
Observações:	<p>O Sistema de Gestão do Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos da RMR - SGRS/RMR tem uma estrutura operacional baseada em subsistemas que abrangem um e/ou mais municípios. No caso dos municípios do litoral sul, a abrangência se limita aos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca cujo subsistema localiza-se em Suape.</p> <p>O marco conceitual do Sistema baseia-se numa estrutura descentralizada e flexível de tal forma que permita a interligação de serviços e equipamentos, numa rede articulada, quanto aos aspectos estruturais e gerenciais.</p>	
Município	Estágio Atual	
Cabo de Santo Agostinho	Inicialmente, estava previsto um Subsistema em Suape com as seguintes características:	
Ipojuca	<p>Atendimento: Complexo Industrial Portuário de Suape, Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.</p> <p>Localização: Suape</p> <p>Destino Final: Central de Tratamento Integrado de Resíduos Industriais (Unidades de Tratamento e Aterro Industrial) e Domiciliares.</p> <p>Ações complementares: Cooperativa de Catadores nos Municípios; e, Coleta Seletiva Domiciliar.</p> <p>Informações atuais indicam que essas ações estão sendo repensadas com grande probabilidade de cada município tratar isoladamente a destinação de seus respectivos resíduos sólidos.</p>	
Sirinhaém	Esses municípios não são contemplados pelas ações desse Sistema por estarem fora da Região Metropolitana. Os projetos para destinação e tratamento dos resíduos sólidos para esses municípios são tratados por outras iniciativas.	
Rio Formoso		
Tamandaré		
Barreiros		
São José da Coroa Grande		

6. Considerações Finais

Diante do que está exposto neste relatório, fica clara a intenção de socializar o conhecimento acerca dos planos, programas e projetos existentes relativos ao desenvolvimento urbano, portuário, turismo e recursos hídricos nos sete municípios do Litoral Sul do Estado.

Durante a fase de coleta de informações percebeu-se que a troca de informações intra e inter instituições é precária e desarticulada, apesar do esforço empenhado pelas mesmas em fomentar uma relação articulada e integrada.

O ZEEC tem como objetivo maior a promoção do desenvolvimento sustentável dessa parcela do território pernambucano e nesse sentido entende-se que a transversalidade e interfaces das várias ações elencadas aqui devam ser melhor discutidas e aprofundadas pelos atores envolvidos, tanto institucionais como não institucionais objetivando potencializar as oportunidades e minimizar os impactos negativos, bem como a superposição de ações.

Assim sendo, sugere-se a realização de um seminário com a participação dos atores envolvidos onde a internalização pretendida seja promovida de forma eficaz e a troca das experiências, informações, acertos e desacertos, identifiquem as convergências e divergências dos diversos planos, programas e projetos com os conceitos preconizados pelo desenvolvimento sustentável.

7. Bibliografia Consultada

- Agenda 21 do Estado de Pernambuco. Pernambuco: SECTMA, 2002. 261p.
- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE MEIO AMBIENTE/GERCO: Áreas Estuarinas de Pernambuco - Proposta de Diagnóstico e ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico. Recife. 2002. 30p.
- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE MEIO AMBIENTE: Diagnóstico Sócio-Ambiental & ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco. Recife. CPRH. 1999. 91 p.
- Decreto Estadual Nº 21.972, de 29 de dezembro de 1999. Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC do litoral sul de Pernambuco, e dá outras providências.
- FIDEM - Mercado Imobiliário Informal: A inclusão Social do Morador de Loteamentos Clandestinos e Irregulares. Recife. 2001.
- IBGE: Censo Demográfico 2000. Brasília, 2001.
- Lei Federal Nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.
- MMA/Governo de Pernambuco. Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos de Pernambuco. Recife, 2000. 74p.
- PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada da orla – Brasília: MMA/SQA; Brasília:MP/SPU, 2002. 78p.
- PROJETO ORLA: manual de gestão. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 96p.



Ministério do Meio Ambiente

